

MENSAGEM DA GOVERNADORA ROSALBA CIARLINI ROSADO, LIDA NA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA NA SESSÃO DE 15 DE FEVEREIRO DE 2011

Cumprindo determinação constitucional, dirijo-me à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte para dar-lhe ciência da situação do Estado, bem como para expor algumas diretrizes que nortearão nossa Administração em médio prazo.

Neste primeiro contato com Vossas Excelências, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas da 60ª Legislatura, a Governadora transmite-lhes sua calorosa saudação, e manifesta a convicção de que Legislativo e Executivo se irmanam na identificação dos problemas que hoje atormentam a vida administrativa do Estado, e se unem para equacioná-los e resolvê-los.

Desincumbindo-me, entretanto, e por inteiro, do dever de relatar a situação atual do Estado, não posso deixar de trazer oficialmente ao conhecimento da Assembléia o quadro de grave desordem das finanças estaduais, pedindo colaboração e auxílio para emprendermos juntos a árdua e urgente tarefa de saneamento financeiro do Estado.

O equilíbrio das finanças públicas não deve ser visto como mero esforço, sempre louvável, de compatibilizar despesas e receitas, algo que possa ser buscado sempre sem muita pressa, adiado em nome de soluções incertas de um futuro não mensurável. Este equilíbrio não é abstração contábil, nem utopia de simples retórica: ele é absolutamente indispensável para alicerçar a ação governamental, garantindo a execução plena de programas e ações em benefício da população.

É preciso registrar, ademais, que a desordem nas finanças estaduais, de algum tempo para cá, deixou de ser um problema local, tornando-se objeto de preocupação nacional, notadamente em razão de seu cômputo no déficit público

global. Em razão disso, os Estados em situação de irresponsabilidade fiscal são passíveis de graves sanções por parte do Governo Federal, especialmente com a vedação de transferências voluntárias de recursos.

Chamo a atenção da Assembléia Legislativa para este ponto, anotando que a não participação da União em nossos projetos de investimento inviabiliza qualquer esforço na direção do desenvolvimento. Posso afirmar que os recursos federais devem estar presentes na quase totalidade de nossos programas, se não em todas as nossas ações voltadas para a infraestrutura e progresso econômico.

Por tais razões, tenho como prioridade absoluta o ordenamento das nossas contas públicas e o saneamento financeiro do Estado. A desordem financeira resulta, invariavelmente, em enormes prejuízos, não para o Governo isoladamente, mas para toda sociedade. O equilíbrio das contas públicas deve, portanto, ser buscado por todos os Poderes e demais Instituições autônomas, tornando-se uma prática disseminada na estrutura governamental inteira, a partir da exigibilidade e compreensão da sua importância pelos dirigentes superiores.

Assim exige o interesse público, que paira acima dos interesses individuais e de grupos.

Todo o nosso esforço, nesses primeiros meses de Administração, será, pois, de busca tenaz do saneamento de nossas contas públicas. Precisamos urgentemente restaurar a saúde financeira do Estado, para que possa manter-se de pé diante da rotina do dia a dia. Só assim será possível restabelecer o crédito do Governo, hoje destroçado, podendo o Estado atuar como agente de desenvolvimento econômico, agindo com recursos próprios seus na modernização infraestrutural da economia, com possibilidade de alavancar e apoiar a iniciativa privada na exploração de nossas potencialidades.

Lamento comunicar à Assembleia, contudo, que estamos em situação de desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, com excessivo comprometimento das nossas receitas correntes líquidas com despesas de pessoal. Conforme dados do último período de apuração, encerrado aos 31 de dezembro do ano passado, o

Poder Executivo ultrapassou o limite legal, comprometendo 49,26% das receitas com gastos de pessoal, uma margem de ilegalidade de 0,26%. Temos o dever de, no corrente quadrimestre, retornar à situação de responsabilidade fiscal, usando todos os mecanismos postos à disposição do Governo pela legislação federal pertinente.

Este, a propósito, um compromisso do qual o Poder Executivo não se vai afastar por um instante sequer. O cumprimento das leis será a nova rotina no Rio Grande do Norte, substituindo o pernicioso hábito de descumpri-las sob os mais variados disfarces. O Governo será intransigente na defesa da legalidade, nada obstante eventuais dissabores internos e externos que o cumprimento desse seu dever elementar possa causar.

A Governadora do Estado manifesta publicamente sua confiança de que, nesta empreitada permanente, contará com o apoio e a ajuda do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas, do Ministério Público, e de toda a sociedade.

Referi-me há pouco, Senhor Presidente, ao destroçado crédito do Governo, que alcança e diminui a autoridade do Estado, e aniquila sua capacidade de investir. Desde o início de nossa gestão, percebemos que a dívida de curto prazo, a nós legada pela administração anterior, era assustadoramente gigantesca. Nada obstante o esforço da equipe de transição, não tínhamos um levantamento do montante preciso dessa dívida e, muito menos, um seu perfil, ou seja, quanto, por qual razão, e a quem o Estado estava devendo. Informações nos chegavam de que o Governo anterior estava cancelando empenhos, até mesmo os referentes a despesas liquidadas, para gerar saldo orçamentário para as despesas de pessoal e, com isso, poder pagar a folha do 13º salário e a de dezembro. Mas só ao assumir o novo Governo, foi possível identificar, com precisão, a real situação do

desequilíbrio da execução orçamentária em 31 de dezembro de 2010.

Este reiterado descumprimento da Lei, porém, que gerou tal desequilíbrio orçamentário e financeiro, e exatamente porque procedimento ilegal, não levou a saldo orçamentário suficiente para empenhar e liquidar toda a despesa de pessoal, tendo sido necessária autorização judicial para pagar, mesmo sem ter orçamento para tanto.

Isto só levou ao agravamento do caos. Usaram-se recursos de todas as fontes (royalties, fundos de recursos com destinação específica etc) para pagar a folha de pessoal e outras despesas correntes, gerando dívida do Governo dentro do próprio Governo, e mais e renovadas transgressões às leis, as quais vedam a utilização de recursos de determinadas fontes para pagamento de pessoal. Há uma correspondência legal entre cada receita e a despesa que deve financiar, e como um dos princípios basilares do Orçamento Público é o equilíbrio entre a receita e a despesa, impõe-se a conclusão de que o Governo anterior gastou acima do limite autorizado na Lei Orçamentária e, como consequência óbvia, faltaram recursos para empenhar, liquidar e pagar todas as despesas realizadas em 2010.

Equacionar tais problemas tem sido difícil. Anuncio à Assembleia que identificamos uma dívida de curto prazo de R\$ 810.212.644,42. Deste total, R\$ 511.593.896,85 referem-se às dívidas que devem ser pagas com recursos ordinários do Tesouro do Estado; R\$ 193.618.747,57 referem-se às dívidas com recursos de outras fontes (convênios, operações de crédito etc), parte das quais decorre da inadimplência do Estado com relação ao aporte tempestivo da contrapartida de recursos próprios em convênios com o Governo Federal, em execução ou já executados; e, finalmente, R\$ 105.000.000,00 são as contrapartidas, reajustes de contratos e acréscimo de serviços de obras contratadas pela CAERN, que o Governo do Estado se obriga a pagar a título de subscrição de aumento de capital dessa Empresa.

Para que Vossas Excelências, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, possam ter um parâmetro de comparação, só o montante referente à dívida com recursos ordinários do Tesouro é maior do que toda a dotação incluída no Orçamento deste ano de 2011 para as despesas de custeio das atividades de todo o Poder Executivo (Administração Direta e Indireta): aquela dívida, como disse, é de pouco mais de 511 milhões de reais, enquanto o orçado para custeio em 2011 são exatos R\$ 422.934.606,06. Isso significa que, se o Governo pudesse pagar no correr de 2011 toda a dívida que herdou, não teria recursos para custear nenhuma de suas atividades este ano (combustível, energia, telefone, água, contratos de terceirização de mão de obra de limpeza, vigilância, serviços gerais, todo material de consumo etc). Teríamos, então, Polícia sem gasolina, telefones cortados, repartições públicas às escuras, o caos financeiro acrescido do caos físico, real, palpável e sentido pela população.

Não é demais registrar, igualmente, que toda esta dívida não foi incluída no Orçamento de 2011, e para pagá-la serão necessárias suplementações orçamentárias, com a conseqüente anulação de outras rubricas do atual Orçamento, ou seja, comprometer-se-ão tanto as receitas que ingressarem no caixa do Tesouro, quanto as dotações orçamentárias de 2011.

Então, é necessário estabelecer critérios para o pagamento dessa dívida, a começar pela análise da regularidade do processo da despesa quanto aos aspectos da legalidade e da legitimidade. A partir daí, aplicar parâmetros de interesse público, de conveniência administrativa, do porte da dívida por credor, tudo de forma transparente, com a breve promulgação de Decreto que regulamentará esses procedimentos, e obrigará a publicação de cada termo de acordo de pagamento firmado com o credor no Diário Oficial do Estado.

Com relação à questão dos investimentos, ainda durante a campanha

eleitoral firmei o compromisso de racionalizar a máquina administrativa e os procedimentos do Governo, objetivando reduzir as despesas de custeio e, com isso, destinar mais recursos para o investimento produtivo. Evidentemente, em razão do quadro de desequilíbrio encontrado, esse esforço terá que ser redobrado.

Mas o Governo já se está debruçando sobre essa questão para, em primeiro lugar, mapear todas as ações de investimento que se encontram paralisadas em razão da falta de aporte de recursos, principalmente aquelas ameaçadas de perder as verbas federais por força de descumprimento de prazos de execução. Essa situação é particularmente dramática na área de investimentos em obras de saneamento básico, cujo diagnóstico inicial aponta uma generalizada estagnação decorrente da falta de recursos de contrapartida e de erros crassos de projeto.

Assim, com o mapeamento geral da situação, vamos definir critérios de urgência de alocação de recursos e um cronograma de liberação que permita a execução sustentada das obras. É o caso, que tenho por particularmente ilustrativo, das obras de esgotamento sanitário de Pirangi, Pium e Cotovelo, financiadas com recursos do PRODETUR/BID, para as quais já definimos um cronograma de liberação da contrapartida do Governo para garantir a sua execução, que se arrasta desde 2006.

Certo é que a execução orçamentária no atual Governo se fará com seriedade, responsabilidade e honestidade. Desde já, e como medida preventiva, iniciamos a execução do Orçamento com um contingenciamento de 30% nas despesas de custeio e de investimento do Poder Executivo. Esta medida preventiva se justifica porque a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) já nos informou que as transferências do Fundo de Participação dos Estados (FPE) em

2011 serão menores do que está projetado no nosso Orçamento: ao invés dos R\$ 2.638.665.000,00 previstos e orçados, haverá uma redução estimada de cerca de R\$ 272.000.000,00, ou seja, aproximadamente 10,3 % a menos.

Não podemos repetir 2009 e 2010, quando a estimativa de receita do FPE nos Orçamentos respectivos também foi maior do que a efetivamente transferida ao Estado pelo Governo Federal, gerando um enorme déficit financeiro. Como o Governo do Estado continuou gastando como se nada tivesse acontecido, o resultado não poderia ser diferente do que hoje estamos vivenciando: dívidas sem fim!

A diretriz do Governo, que resumidamente exponho à Assembleia, é, portanto, a racionalização dos gastos e redução das despesas de custeio. Quanto aos investimentos, o esforço será no sentido de estabelecer critérios de alocação de recursos para maximizar os resultados, ou seja, focar nos projetos cujos prazos de execução estejam sob maior risco, inclusive de perda dos recursos de outras fontes de financiamento.

Como já é do conhecimento público, fui recebida em Brasília pela Senhora Presidenta da República, Dilma Rousseff, a quem expus o esforço que estamos empreendendo para impor ordem financeira ao Rio Grande do Norte. Meu objetivo outro não foi, ao procurar Sua Excelência, senão lhe assegurar a firmeza de nossa determinação em administrar com seriedade, responsabilidade e honestidade, pedindo o apoio do Governo Federal para o êxito da missão que o povo do Rio Grande do Norte nos confiou.

Empenhando à Presidenta da República nossa própria credibilidade, recebemos garantias de que o Governo da União não estará ausente nesta árdua luta dos norte-rio-grandenses.

Expus a Sua Excelência que alguns projetos farão o diferencial Rio Grande do Norte, notadamente o Aeroporto de São Gonçalo e o aproveitamento, em grande escala, da energia eólica para geração de eletricidade.

Deparamo-nos com uma primeira dificuldade, que já expomos ao Governo Federal em busca de solução. O cronograma de implantação dos parques eólicos do Leilão de Fontes Alternativas de 2010 prevê o início da operação já em janeiro de 2013, mas a Estação Coletora de João Câmara II, responsável pelo recebimento e distribuição da energia gerada está em descompasso com este cronograma, posto que esta só entrará em funcionamento em setembro de 2013. Assim, os parques ficarão impossibilitados de entregar energia ao Sistema Integrado Nacional por cerca de 8 meses, o que resultaria em sérios prejuízos para os investidores e para o Rio Grande do Norte, e riscos para os empreendimentos.

Não nos podemos omitir em questões como esta. A energia eólica merecerá toda e a mais especial atenção do Governo. Investimentos de 8 bilhões de reais no setor demonstram que temos aqui no Estado o equivalente a uma Itaipu de energia eólica. Não pouparemos esforços e os recursos possíveis para ver o êxito dessa parceria que transformará o Rio Grande do Norte, inclusive com a importação dos equipamentos pelo Porto de Natal.

Quanto ao Aeroporto de São Gonçalo, cujo término a Presidenta Dilma proclamou ser uma questão de honra, o Estado não pode assistir passivamente à sua construção. E não pode precisamente porque esta passividade põe em risco também este empreendimento.

O Governo Federal já investiu no Aeroporto mais de 150 milhões de reais, mas o Estado não tomou qualquer providência de sua alçada para viabilizar finalmente a grande obra. É preciso equacionar urgentemente o problema do abastecimento de água e esgotamento sanitário, tratar do suprimento de energia elétrica e providenciar os acessos rodoviários.

A situação dos acessos é dramática. A obra foi contratada no valor de mais de 76 milhões de reais, a que se devem acrescentar os custos estimados de desapropriações e reajustamento contratual, elevando para R\$ 99.393.000,00 o montante que o Estado precisa alocar para esta tarefa de sua responsabilidade. Situação semelhante, a propósito, atinge todas as obras de rodovias a cargo do DER: para concluí-las, o Estado precisa disponibilizar recursos da ordem de R\$ 417.562.000,00.

As desapropriações da área do próprio Aeroporto de São Gonçalo não estão plenamente resolvidas, havendo pendências judiciais há anos, o que pode comprometer o contrato de concessão a ser celebrado pela União Federal.

Além de expor à Presidenta da República tais questões, estive tratando do edital e da concessão no Tribunal de Contas da União, buscando agilizar sua anuência ao modelo de contrato, tendo obtido garantias de que a análise da Corte se fará com brevidade, desde que alguns obstáculos, dentre eles os de ordem jurídica a que me referi, sejam removidos.

Outro tema de especial relevância envolve a realização de jogos da Copa do Mundo de 2014 em Natal.

O atual governo se deparou com um quadro de risco iminente, com obrigação imediata de honrar compromissos financeiros assumidos pelo Governo anterior com projetos e consultorias da ordem de R\$ 7,1 milhões. Os pagamentos devidos foram feitos, para afastar a ameaça de exclusão sumária de Natal dos jogos.

Resta agora assegurar o interesse dos investidores, sendo dever do Estado oferecer garantias financeiras firmes ao empreendimento de construção do novo estádio, e isto sem dúvida será feito.

Com referência à Copa do Mundo, o Governo do Estado agirá em parceria e cooperação com a Prefeitura de Natal, cooperação que desde logo asseguro à

Prefeita Micarla de Souza. A Copa de 2014 e as obras que são correlatas ao evento são do Rio Grande do Norte porque são de Natal, e são de Natal porque têm o apoio de todo o Rio Grande do Norte.

Estes grandes projetos evidentemente não vão inibir outras ações do Governo na economia, inclusive as iniciativas voltadas para os micro e pequenos empreendedores, como o Programa Mão Amiga – crédito para aquisição de ferramentas de trabalho.

Senhor Presidente, malgrado as dificuldades, o atual Governo já inicia um esforço para recuperar a capacidade de investimento público, reduzindo, num primeiro momento, despesas de pessoal e de custeio, e pondo fim ao descontrole na execução das atividades governamentais. Para tanto, desenha-se um projeto de remodelação da estrutura organizacional do Governo e de introdução de um novo modelo de gestão pública, centrado na busca de resultados e de qualidade na prestação dos serviços públicos, aferidos através do estabelecimento de metas e indicadores de desempenho. As providências legislativas necessárias serão oportunamente propostas à Assembleia.

Na área de recursos humanos, não nos vamos afastar do compromisso de valorização do servidor público, que é parceiro de todas as ações do Governo, e a quem creditaremos todo nosso êxito. Isto, evidentemente, não impede que busquemos afastar de nossa rotina as inconsistências nas folhas de pagamento, identificando e extirpando pagamentos indevidos e acumulações ilegais.

Prosseguiremos com as obras da Escola de Governo, recompondo, para tanto, o Fundo de Desenvolvimento do Servidor Público Estadual (FUNDESP),

cujos recursos foram indevidamente usados pelo Governo passado.

Especial atenção deve ser dada ao estímulo constante à produção econômica. Objetivo fundamental é dotar o Estado de infraestrutura de transportes moderna e eficiente. Estamos entre os portos de Pecém no Ceará e Suape em Pernambuco, e já que sofremos o dano do atraso em relação aos outros Estados, a nossa luta agora será dura e permanente para tornar os portos do Rio Grande do Norte competitivos, inclusive com a construção de novo porto no litoral norte.

A produção de petróleo e gás no Estado se fará sob uma nova visão com relação à Petrobras. Não vemos a Petrobras apenas como empresa que explora nossas riquezas, mas como agente de desenvolvimento, que buscaremos atrair para ser nossa parceira permanente.

Na área de mineração, já temos atraído, e os investimentos já se estão anunciando, empresas importantes no setor de cimento e cal siderúrgico, além do aproveitamento de argilas, mármore e granitos.

Mensagem especial tem o Governo para o empresariado. Não é ele concorrente nem adversário do Governo: é aliado na construção do desenvolvimento. A segurança jurídica lhe será garantida, inclusive no que se refere às questões ambientais, com os processos de licenciamento tratados na forma da lei, sem excessivos e inúteis entraves burocráticos.

Nossa política ambiental terá sempre por norte a proteção do meio ambiente e a recomposição dos danos a ele causados, e seu gerenciamento está fundado na ética administrativa, na agilidade de estudos e decisões, na igualdade no tratamento a todos, sem qualquer privilégio, sempre presente a segurança a que os investidores têm direito.

Na área de tecnologia, precisamos marcar um encontro com o futuro. Em

campos específicos como o da energia eólica, com o Centro Tecnológico de Energia Eólica que já se vai tornando realidade, o Estado vai qualificar, nos próximos anos, cerca de vinte mil técnicos. Não nos omitiremos, pois a tecnologia de ponta aqui desenvolvida fará a nossa grande diferença.

Tornar realidade as ZPEs - Zonas de Processamento de Exportação – é missão que abraçaremos com obstinação. As ZPEs já anunciadas pelo Governo Federal, em Macaíba e Assu, só se tornarão concretas se o Estado adotá-las como prioridade, e para isso é preciso dividir tarefas com a Bancada Federal do Rio Grande do Norte, à qual convoco para mais esta luta.

Recordando outro compromisso de campanha, devo uma palavra acerca do programa de esgotamento sanitário do Estado. Como já me referi acima, apesar de todas as dificuldades iniciais, foi possível ao Governo alocar recursos para a retomada das obras de saneamento de Pium, Cotovelo e Pirangi, em Parnamirim, paralisadas há algum tempo. De igual forma, estamos viabilizando os recursos para as obras do saneamento da Redinha e Sanvale, em Natal, bem como para a conclusão do prolongamento da Avenida Prudente de Moraes, também na Capital.

Sob a responsabilidade da CAERN, há obras de esgotamento sanitário e abastecimento de água em andamento ou a iniciar com recursos já alocados no valor de R\$ 759.820.822,83. São recursos federais, postos a nossa disposição, beneficiando Natal, Mossoró, e inúmeros outros Municípios do Estado, que aguardam contrapartida do Estado no valor de R\$ 105.031.714,07. Desafio do Governo é economizar cada real para atender a este compromisso com a saúde de nossa gente.

No campo do abastecimento de água, a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos tem importantes obras em andamento ou projetadas, que

demandam responsabilidade financeira para sua concretização. Refiro-me ao Sistema Adutor Alto Oeste, composto por duas adutoras, totalizando aproximadamente 320 km de extensão, e que abastecerá com água tratada 25 municípios, 2 distritos e 65 comunidades rurais. Igualmente relevante é o Sistema Adutor Seridó, com captação no Açude Gargalheiras, e que abastecerá com água potável os Municípios de Acari e Currais Novos, e as comunidades rurais de Gargalheiras, Bulhões, Barra Verde e Brejuí.

Também importante é o reforço do Sistema Produtivo da Adutora Monsenhor Expedito, com implantação de uma bateria de poços tubulares na margem esquerda do riacho Boa Cica, construção de adutoras de interligação e obras complementares, com o objetivo de ampliar a garantia de água ao Sistema Adutor Agreste/Trairi/Potengi. Igualmente inadiável é o Sistema Adutor Santa Cruz – Mossoró: com captação no reservatório da Barragem Santa Cruz do Apodi, o novo Sistema garantirá o abastecimento através do aumento da oferta de água para a cidade de Mossoró e secundariamente para Apodi, Dix-Sept Rosado e Felipe Guerra. Já o Sistema Adutor Parelhas - Carnaúba dos Dantas abastecerá com água tratada a sede do Município de Carnaúba dos Dantas, e as comunidades rurais de Santo Antônio da Cobra e Juazeirinho.

Alia-se a tudo isso a construção das barragens de Oiticica, em Jucurutu, Porto Carão, em Pendências, e Sussuarana, em Mossoró: a primeira está licitada e incluída no PAC, e as demais, destinadas a combater a penetração do fluxo salino no Rio Açu e no Rio do Carmo, têm projetos desenvolvidos na SEMARH.

Atenção prioritária dá o Governo às ações na área de agricultura, pecuária e pesca.

Já é possível anunciar nossos principais projetos no setor para os próximos quatro anos, especialmente pela identificação de fontes de financiamento disponíveis. Assim, estamos nos preparando para disponibilizar dois milhões de mudas de cajueiro anão, e recuperar doze mil hectares de pomares de cajueiros em decadência, enquanto pretendemos revitalizar mil hectares de sisal, com aproveitamento integral dos componentes de suas folhas, com início de formação de um parque artesanal. Na mesma linha, buscaremos incrementar a cultura do coco, e apoiar a fruticultura irrigada, estimulando a diversificação de produtos e a exportação de frutas frescas.

Tarefa urgente é a de recuperar a posição do Rio Grande do Norte como maior produtor de camarão, hoje lamentavelmente perdida, com a meta de ultrapassar as 40 mil toneladas/ano. Para tanto, urge implantar as estações de alevinagem de Itajá e Apodi, dotando-as de condições para produção de 25 milhões de alevinos/ano cada.

Com a melhoria do rebanho caprinovino e o aumento do rebanho efetivo, pretendemos superar a marca de um milhão de cabeças. Todo esforço será empreendido para o melhoramento genético do rebanho bovino do Estado, com intensas campanhas voltadas para sua sanidade e melhoria das condições alimentares.

A conclusão do Terminal Pesqueiro Público – TPP de Natal brevemente será realidade, mas precisamos urgentemente de recursos para construir o viaduto de acesso, ligando-o à Via de Contorno. Nosso Governo já trata dessa questão com o Governo Federal.

Nesses primeiros 45 dias de Governo, garantimos o pagamento do débito para com o Programa Garantia Safra, não quitado pelo Governo passado, assegurando o benefício a mais de 25 mil produtores do RN. Isto está ensejando um aporte de recursos financeiros em circulação no Rio Grande do Norte da ordem de 15 milhões de reais, e, para o ano de 2011, o benefício será estendido a

mais de 35 mil produtores rurais.

Já lançamos o Programa Banco de Sementes, atingindo 132 municípios, beneficiando 31 mil produtores, os quais receberão cerca de 400 toneladas de sementes a um custo aproximado de 3,5 milhões de reais para os cofres do Estado. Igualmente, lançamos o Programa Terra Pronta, em parceria com a Petrobrás e Prefeituras, a ser implantado em dezessete Municípios do Estado.

Finalmente, já assinamos um Termo de Cooperação com importante instituição japonesa, visando à capacitação técnica de mão de obra voltada para a pesca do atum em alto mar.

Na área rural, ainda devo referir algumas ações relevantes a cargo da Secretaria de Assuntos Fundiários e Apoio à Reforma Agrária.

No que diz respeito à regularização fundiária, precisamos empreender difícil e penosa revisão do quanto foi feito até agora, em virtude da má qualidade dos cadastros e levantamentos de campo que foram executados. Além disso, estaremos dando início, já agora dia 17 de fevereiro, aos trabalhos de cadastramento e georeferenciamento dos Municípios de Santana do Matos e São José de Campestre. Esse trabalho vai gerar para o Estado, o Governo Federal e os Municípios um produto final com planta georeferenciada de todas as glebas rurais, instrumento importante de planejamento do desenvolvimento local e regional.

Contamos com a parceria firme e importantíssima do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Um convênio de R\$ 1.501.920,00 com contrapartida do estado de R\$ 170.820,00 foi aditado. Este convênio estava ameaçado pela falta de pagamento da primeira parcela dessa contrapartida do Estado, da ordem de R\$ 72.000,00 desde dezembro de 2009. Pagamos a primeira e a segunda parcelas dessa contrapartida, e ainda este mês de fevereiro estaremos entregando às nossas equipes técnicas veículos novos para os trabalhos de campo, GPS e

computadores.

Somente nesses primeiros 45 dias, já foram autorizadas 7 operações de crédito fundiário para aquisição de terras, num volume de recursos da ordem de R\$ 1.092.917,52. Foram beneficiadas diretamente 34 famílias. Até dezembro de 2011, a nossa meta é atender 1.200 famílias em 200 projetos de assentamentos, espalhados em cerca de 80 municípios do Rio Grande do Norte: serão investidos recursos da ordem de 27 milhões de reais em aquisição de terras e obras de infraestrutura.

Com foco no desenvolvimento social, podemos pôr em destaque a preparação de dez mil jovens para o mercado de trabalho, através do Programa Projovem Trabalhador, com investimentos federais e estaduais da ordem de 17 milhões de reais. Outros 19 milhões de reais serão investidos no Projovem Urbano, contribuindo para a conclusão do ensino fundamental e qualificação profissional de seis mil jovens em dezesseis Municípios do Estado.

O Governo do Estado participará efetivamente da qualificação de mão de obra para a Copa de 2014, com recursos do PLANSEG/COPA, com dezoito diferentes modalidades de cursos e público alvo de dez mil e quatrocentas pessoas.

A Secretaria do Trabalho e Ação Social desenvolve projeto para aprimoramento da gestão do Programa Bolsa Família, em articulação com outros órgãos públicos, para melhorar o processo de acompanhamento das famílias, dentro dos critérios inspiradores do Programa. Já quanto ao Programa do Leite, buscaremos sua estabilidade, inclusive financeira, mantendo a oferta de 155 mil litros diários de leite à população carente.

Na área de habitação, nossa prioridade será o Programa Minha Casa,

Minha Vida, com a construção de 1.140 unidades em 36 Municípios do Estado. Já através do Programa ProMoradia será possível a construção de 2.200 unidades habitacionais, 1.900 unidades sanitárias, e 3.290 regularizações fundiárias em 130 Municípios. Estamos prevendo 2.000 melhorias habitacionais em todo o Estado através do Cheque Reforma, e a implantação de 5.590 unidades no âmbito do Programa Subsídios Habitacionais, totalizando recursos da ordem de R\$ 127.500.000,00.

Na área de turismo, nada obstante as dificuldades financeiras, foi possível, já em janeiro, a participação do Estado nas Feiras internacionais de Oslo, na Noruega, e Madri, na Espanha. São eventos importantes para a divulgação externa de nossas potencialidades turísticas, e a participação do Estado se deu sem ônus para os cofres públicos, graças à confiança do empresariado do setor. Ainda nesses primeiros 45 dias, retomamos as tratativas com o BID em torno de contrato de empréstimo de 75 milhões de dólares para o PRODETUR, para financiamento de importantes obras, inclusive de esgotamento sanitário em vários Municípios do Estado.

Já estão com procedimento licitatório aberto os projetos de capacitação profissional voltada para o turismo em Arez, Baía Formosa, Canguaretama, Rio do Fogo e São Miguel do Gostoso; ampliação do Centro de Turismo de Natal; projetos executivos de reurbanização da Avenida Baía dos Golfinhos, em Pipa, onde pretendemos erguer um Centro de Convenções adequado às características locais, bem como o projeto do Parque do Cajueiro, em Pirangi.

Todo cuidado temos dedicado à educação no Rio Grande do Norte.

Precisamos efetivar concurso público para 3.664 professores, o que será concretizado tão logo tenha o Estado possibilidade financeira e legal para as nomeações. Enquanto isso, buscaremos implementar medidas que possibilitem o cumprimento de direitos e deveres dos profissionais da educação, como pagamentos em débito desde o ano passado (hora suplementar e professor temporário), aposentadorias represadas, promoção vertical e horizontal, licença prêmio, que serão escalonadas seguindo critérios a serem agendados e definidos objetivamente.

Estamos buscando o apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN - para colocar a Secretaria de Educação do Estado na Rede de Educação Tecnológica, considerando o princípio de integração entre a Educação Básica e Superior. O ponto de partida será a qualificação dos professores e técnicos da Secretaria em relação à Educação Profissional (meta do Programa Brasil Profissionalizado). Concretamente, já há o compromisso do IFRN em disponibilizar professores do seu quadro para iniciar a estrutura da Rede que se envolverá com a Educação Técnica de Nível Médio.

Já a Universidade Federal do Rio Grande do Norte nos apoiará tanto na formação de professores, como na estruturação de cursos em áreas de elevada competência e excelência da Universidade, como informática, tecnologia da informação, licenciaturas em geral. A Universidade Estadual também estará inserida neste processo de aprimoramento da educação pública do Rio Grande do Norte.

Uma primeira e básica preocupação neste momento é o acompanhamento sistemático da Secretaria de Educação no início do ano letivo, com vistas a minimizar as ausências de professores e passar orientações pedagógicas às escolas. Um Plano de Ações foi traçado para esse fim e estará em vigor nas primeiras semanas do ano letivo. A exigência é a de garantir a presença do aluno na escola e apoiado em atividades curriculares, tais como oficinas de leitura e de

produção de textos, atividades nos laboratórios de informática, orientações sobre o uso e a conservação do livro didático, visitas orientadas às bibliotecas, programa de qualidade de vida e educação física, debates sobre temas contemporâneos como educação para a paz, educação e teatro, educação e lazer, e apresentação de cartilhas de prevenção do uso de entorpecentes.

Estamos anunciando o repasse de recursos financeiros para as escolas, por meio do Programa Autogerenciamento das Escolas – PAGUE, no valor de R\$ 1.596.231,76; repasse para as Diretorias de Educação – DIREDs, no valor de R\$ 1.238.000,00; e para o Programa Estadual de Transporte Escolar, em regime de colaboração com as Prefeituras, no valor de R\$ R\$ 24.799.396,00, beneficiando 62.194 alunos do ensino médio e fundamental.

Como indispensável ferramenta de trabalho, iniciamos a reestruturação pedagógica e técnico-administrativa da Secretaria de Educação, para torná-la mais ágil, eficiente e preparada para dar o suporte necessário ao Projeto de Educação do Estado, que estamos construindo.

Já no campo da cultura, vamos convocar e apoiar a Conferência Estadual de Cultura, em fina sintonia com as diretrizes do Ministério da Cultura, articulando as esferas federal, estadual e municipais, com a conceituação e definição de um novo marco institucional e legal para a área.

Estamos concluindo o projeto de criação da Escola Potiguar das Artes (Liceu de Artes e Ofícios), concedendo tratamento formal, com aprovação do Conselho Estadual de Educação, e respeitadas as normas emanadas do Ministério da Educação, para os cursos que já funcionam na Fundação José Augusto:

- Instituto de Musica Waldemar de Almeida,

- Escola de Dança do Teatro Alberto Maranhão,
- Centro Experimental de Teatro,
- Ateliê de Artes Plásticas, e
- Reinstalando a antiga Escola Candido Portinari, iniciando nas linguagens artísticas crianças de 5 a 12 anos.

Novos cursos técnicos também estão sendo propostos:

- Desenho, sobretudo voltado para o artesanato, que precisa reencontrar seu caminho enquanto arte e economia, e
- Arte Tecnológica, que nos ajudará a ver, produzir e utilizar a arte que usa as tecnologias. Estamos falando de multimídias, interatividade, arte digital e eletrônica.

Devolveremos à Gráfica Manimbu a condição de editora. Em princípio, 40 títulos, dos quais 10 cordéis, já estão escolhidos para integrar a Coleção Cultura Potiguar em 2011.

Este ano de 2011 marcará o retorno da Orquestra Sinfônica do Estado, cujas atividades estão suspensas há mais de um ano, e do Coral Canto do Povo, orgulho norte-rio-grandense.

Quanto às Casas de Cultura no interior, estabeleceremos treinamentos, indicadores, agendas e avaliações, que possam medir a eficiência e o trabalho de mobilização nos 29 municípios contemplados com tais equipamentos.

Registro, enfim, que dos 8 milhões de dívidas que a Fundação Jose Augusto tem a saldar, R\$. 2.314.000.000,00 são débitos com artistas, produtores, grupos de teatros, grupos de cultura popular, oficinairos, brincantes, repentistas, cantores, músicos, prêmios do patrimônio vivo, pontos de cultura e Projeto Seis e Meia. O Governo assegura aos 152 credores que honrar estes compromissos será também sua prioridade.

A Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social já pôde desenvolver, neste início de Governo, ações voltadas à integração entre as diversas instituições policiais, com Operações Integradas eficazes. A institucionalização da prática será meta a ser perseguida em curto prazo.

Neste setor, é preciso investir firmemente na área de inteligência, dotando a Polícia como um todo de aparato de eficiente prevenção do crime, especialmente o delito com uso de violência contra as pessoas. Estamos desenvolvendo projetos neste sentido, que serão levados ao Governo Federal, inclusive no âmbito da consolidação da Matriz de Responsabilidade das Polícias Estaduais para a Copa de 2014, conforme o binômio Segurança e Proteção.

A integração Polícia e Comunidade será buscada, e, neste sentido, a ampliação da abrangência do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD – será prioridade. O envolvimento de Governo e toda a sociedade no combate às drogas é fundamental para a proteção da juventude e controle da violência.

Dentro dessa linha de raciocínio, o Governo tem por diretriz a promoção do esporte educacional, com apoio à infraestrutura esportiva, e prioridade para as instalações escolares.

O Estado tem a missão de administrar o sistema penitenciário, área na qual sempre atuou de maneira difícil e improvisada. O problema dos presos provisórios continua sem a devida equação, bastando como exemplo a urgente necessidade da construção das cadeias públicas de Ceará - Mirim, Lajes e Macau, com recursos federais já disponíveis, mas a que falta a contrapartida do Estado.

A ampliação de Alcaçuz está quase concluída, embora a obra esteja judicialmente embargada, por erros de licenciamento oriundos da administração anterior. O Governo está envidando todos os esforços para solucionar o problema, ao mesmo tempo em que pretende incentivar a aplicação de penas alternativas, com estímulo e apoio às APACs, Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, que já tem uma experiência exitosa em Macau, com apoio do Poder Judiciário e da comunidade.

O Governo tem compromisso com a proteção dos direitos humanos e defesa das minorias, bem como dos consumidores, e, neste sentido, valorizará o PROCON estadual, inclusive com a criação do espaço do consumidor nos grandes estabelecimentos comerciais e de empresas concessionárias de serviços públicos.

Quanto à defesa civil, pretendemos propor à Assembleia a atribuição de tal competência ao Corpo de Bombeiros Militar, já tendo o Governo nomeado um Oficial Bombeiro para sua Coordenação ainda no âmbito da Secretaria da Justiça e da Cidadania.

Nesses primeiro 45 dias, a Secretaria de Saúde Pública adotou providências visando discutir e regularizar o abastecimento da rede hospitalar da capital e interior. Esforços foram feitos junto aos fornecedores e prestadores de serviços contratados, para garantir o cumprimento das obrigações pactuadas – cronograma de entrega de produtos e medicamentos, bem como os serviços de prestação contínuos, essenciais para o funcionamento das atividades do Nível Central e Unidades Hospitalares e de Referência da Rede Pública do Estado.

Em andamento, a reestruturação dos hospitais do interior do Estado, com a implantação de pólos de atendimento, como meio de desafogar a rede hospitalar

de Natal.

Já iniciamos entendimentos para a liberação de recursos federais para a construção do Hospital da Zona Oeste, em Natal, e a Unidade Materno Infantil, em Mossoró, ambos objeto de emendas parlamentares ao Orçamento da União.

Implantaremos programas de atenção especial à saúde da criança e da mulher, em parceria com os Municípios, e pretendemos fazer mutirões para atender à grande demanda de ortopedia e traumatologia, saúde do homem, oftalmologia, e outras especializadas de demanda reprimida.

São providências indispensáveis neste primeiro momento, porque, como disse em meu discurso de posse, “o cenário de desumanização da saúde não se harmoniza com o montante expressivo de recursos alocados ao Estado pelo Sistema Único de Saúde – SUS -, o que evidencia grave distorção gerencial de todo o aparato de saúde pública no Estado”. Este problema de gerência está sendo enfrentado, e, com a abnegação de nossa equipe nessa área, muito em breve teremos resultados visíveis, sendo emblemática a desocupação dos corredores dos hospitais, e, pelo menos, o digno acolhimento dos pacientes.

Já é realidade a ampliação dos serviços do SAMU, e anuncio que o Governo do Estado, depois de mais de dois anos de atraso, liberou os recursos convênio celebrado com a Liga Norte-rio-grandense de Combate ao Câncer, no montante de R\$ 2.700.000,00 para a compra de mais um acelerador linear, este de última geração. Vamos apoiar a Liga Mossoroense de Combate ao Câncer para a compra também de um acelerador linear.

Na área de tributação e arrecadação de recursos próprios, buscamos a modernidade, não somente nos aspectos tecnológicos, mas na qualidade do atendimento que a Secretaria de Tributação presta ao contribuinte, no combate

ostensivo à sonegação fiscal, e na educação do cidadão quanto aos seus deveres fiscais.

Algumas ações já estão sendo implementadas. Refiro, como exemplo, a questão do comércio eletrônico, hoje em grande desenvolvimento. O Rio Grande do Norte está se articulando com outros Estados do Nordeste para tentar mudar as normas de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações de comércio eletrônico, atualmente favoráveis apenas aos Estados de origem dos produtos, onde estão localizados os centros de distribuição e onde, pelas regras vigentes, fica o valor integral do imposto. Trata-se de grave distorção, que tende a agravar-se e deve de pronto ser coibida.

Não arrocho, mas justiça fiscal para todos será o norte de nossa ação na área tributária, com fim de privilégios injustificados.

Com esta exposição, trago ao conhecimento da Assembleia Legislativa a real situação do Estado hoje, e traço, em linhas gerais, algumas diretrizes, que, nas circunstâncias atuais de absoluta carência de recursos, podem ser anunciadas com previdente responsabilidade.

O desafio a enfrentar é enorme, mas as potencialidades do Rio Grande do Norte são maiores.

Busco ajuda de todos os norte-rio-grandenses, homens e mulheres de boa vontade e espírito público. Os sindicatos não devem abdicar de suas bandeiras de luta, o que não impede os trabalhadores de compreender que a economia hoje e a criteriosa administração da escassez certamente renderá frutos no futuro: deles, principalmente dos servidores do Estado, espero colaboração, pois com eles partilho a esperança de um Rio Grande do Norte melhor para nossos filhos e netos.

Transparência. Esta é a palavra chave para o novo Governo, e o seu relacionamento com a imprensa. As fontes de informação do Governo Estadual estão disponíveis, prontas para expor com clareza fatos e decisões governamentais. Com este foco, o Governo também fará de sua publicidade um elemento de prestação de serviço à sociedade.

“Governo do Rio Grande do Norte: reconstruir e avançar”, este o nosso slogan. Com os valores da austeridade e da seriedade, haveremos de cumprir nosso compromisso de reconstruir a administração pública, para fazer o Rio Grande do Norte avançar.

Por confiar no Rio Grande do Norte e em sua gente, Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, tenho a mais firme convicção de que, quando houver de cumprir o dever de voltar a esta tribuna no próximo ano, já estaremos vivendo realidade diferente, caminhando com passos firmes para o futuro de desenvolvimento e justiça social.